

PLANO MUNICIPAL
DE CONSERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DA

Mata Atlântica

DO RIO DE JANEIRO

4

CENÁRIOS

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
As Unidades de Conservação municipais possuem baixa eficiência para proteção da Mata Atlântica.	Mata Atlântica desprotegida através de UCs.	Gestão das UCs que valorizem o espaço protegido e seus serviços ambientais.
Áreas úmidas de baixada da cidade em risco por não serem protegidas sob a forma de UCs.	Degradação sistemática de áreas úmidas de baixada.	Áreas úmidas ainda integras protegidas por legislação específica, com cumprimento rigoroso.
Capacitação técnica e administrativa de funcionários inadequada para gestão das UCs Municipais.	Gestão ineficiente das UCs municipais.	Equipe de gestores bem selecionada, treinada, remunerada e motivada.
Função de Gestor de UCs e equipe não inseridos no organograma e quadro funcional da SMAC.	UCs desassistidas e sem respaldo político, financeiro e institucional. Falta de quadro técnico comprometido com a causa.	Todas as UCs contando com equipes permanente e capacitadas como parte do quadro funcional da SMAC.
Sobreposição de UCs no município do RJ.	Aumento da fragilidade da gestão.	Aplicação de regras mais restritivas e fortalecimento do sistema de mosaicos.
Unidades de Conservação Municipais criadas em desacordo com o SNUC.	UCs municipais ineficientes para a conservação da MA.	análise técnica de cada UC para reavaliação dos objetivos e categorias formação e sistema das UC.
Falta de regularização fundiária em UCs de Proteção Integral.	Aumento do potencial de degradação e impossibilidade de gestão da UC.	Desapropriação e aquisição das propriedades privadas em UCs de Proteção Integral.
A falta de planos de manejo em várias Unidades de Conservação.	Falta de instrumento para Gestão eficiente das UCs.	Todas as UCs providas de Plano de Manejo.
O uso público inadequado das Unidades de Conservação.	Desrespeito as regras de uso dentro das UCs.	Maior diálogo, informação e educação na relação instituição pública responsável pela gestão da UC/população.
Falta de conectividade entre as Unidades de Conservação existentes.	Vulnerabilidade da biodiversidade e perda de fluxo gênico.	Propostas do Programa de Corredores Verdes devidamente implementadas.
Legislação insuficiente para o bom funcionamento e proteção das UCs.	Ausência de ou delimitação errada das UCs, falta de zoneamento e outros instrumentos de gestão.	Unidades regulamentadas, com planos de manejo e devidamente instituídas de acordo com a tipologia municipal e federal.
Falta de planejamento efetivo na criação de novas Unidades de Conservação.	Manutenção da falta de planejamento estratégico na criação de novas UCs.	Utilização das áreas indicadas pelo PMMA como prioritárias para conservação, como referência para o planejamento.
Ausência de incentivos para criação de RPPNs.	Ausência de RPPNs municipais.	RPPNs municipais geridas dentro do mosaico carioca e com planos de manejo.
Pequenos remanescentes florestais desconsiderados nas formas de Unidades de Conservação.	Perda de conectividade entre áreas de Mata Atlântica.	Fragmentos pequenos mantidos sob proteção e cumprindo sua função de conexão com os grandes fragmentos.
Trilhas influenciando positivamente as UCs.	Maior interação entre UCs e o uso público.	Rede de trilhas cariocas mantidas em permanente conservação visando os objetivos de proteção e o turismo responsável.
Trilhas como influência negativa às UCs.	Aumento do potencial de degradação.	Trilhas criadas e mantidas em parceria com a comunidade.

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Aplicação ineficiente da Legislação Ambiental.	Manutenção do uso das leis de acordo com interesses políticos e econômicos dos grupos socialmente fortalecidos.	Aplicação da Lei, formulada em bases técnicas e científicas e com a participação popular, conciliando conservação e qualidade de vida.
Revisão não frequente da Legislação Ambiental.	Adequação das leis de acordo com cenários e pressões dos empreendedores atuais e dependente das vontades políticas.	Periodicidade definida e cumprida na revisão da legislação.
Legislação insuficiente para o bom funcionamento e proteção das UCs.	Baixa capacidade de gestão das UCs. Maior vulnerabilidade das mesmas.	Mecanismos perenes que permitam a eficiência na aplicação das leis de gestão e proteção das UCs.
Flexibilização das Legislações referentes a Áreas de Preservação Permanente nas áreas urbanas.	Degradação ambiental das APPs com enfraquecimento de áreas estratégicas à conservação.	Respeito pleno sem alterações e flexibilizações casuísticas.
Aparato insuficiente para Fiscalização da aplicação correta da legislação ambiental.	Desrespeito a legislação ambiental e Impunidade dos infratores.	fiscais capacitados, instrumentalizados, em número adequado e integrados (rede que integre todos os fiscais e atuem no mapeamento de conflitos).
Pequena Integração entre legislação da SMU e ações de conservação ambiental.	Permanência do domínio das ações propostas pela SMU sobre as ações de conservação.	Integração mais equilibrada entre SMU e SMAC com fortalecimento das ações voltadas à conservação da biodiversidade.
Inexistência de Lei de Pagamento por Serviços Ambientais.	Pequeno estímulo que a sociedade tem em adotar ou participar de projetos de conservação e recuperação nas suas propriedades.	Maior participação da sociedade civil em projetos de recuperação e conservação de recursos naturais.
Criação de leis pelo legislativo sem suporte técnico.	Legislação inexecutável ou tecnicamente incorreta.	Legislação tecnicamente correta e em consonância com a conservação do meio ambiente. Criação de legislação ambiental respeitando as atribuições de cada instituição.
Inexistência de uma LUOS.	Ausência de regulamentação e instrumentação dos parâmetros de uso e ocupação do solo.	Política de ordenamento e zoneamento territorial em consonância com outros instrumentos de gestão pública ambiental como PMMA e Planos de Manejo de UCs.
A falta de atualizações nas legislações sobre espécies ameaçadas.	Extinção de espécies ameaçadas e desconhecimento do grau de ameaça das espécies não listadas.	Redução do grau de ameaça das espécies listadas e diminuição do número de espécies na lista oficial.
O favorecimento de grupos de interesse em detrimento da conservação da Mata Atlântica.	Diminuição de áreas prioritária a conservação.	Priorização da conservação e recuperação da MA.

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
A aplicação incorreta dos recursos públicos para a gestão da MA.	Deterioração da qualidade ambiental das áreas a receberem recursos para conservação da MA.	Recursos aplicados efetivamente na conservação ambiental, evitando a aplicação em áreas que não são ligadas diretamente às atividades-fim da SMAC.
O investimento público para o gerenciamento das UCs é insuficiente.	UCs municipais pouco estruturadas.	UCs estruturadas, com equipe e com possibilidade de gerar receita própria.
O Investimento público para Recuperação Ambiental é significativo.	Manutenção da assimetria dos valores investidos em implantação e manutenção nas ações de recuperação ambiental.	Investimento significativo e bem equilibrado entre implantação e manutenção.
Atrasos ou cancelamentos de recursos para a conservação e recuperação da MA.	Projetos atrasados, inacabados e/ou adaptados, além da deterioração da qualidade ambiental das áreas cujos recursos seriam destinados.	Porcentagem considerável e assegurada dos royalties para o Fundo de Conservação Municipal e porcentagem fixa deste assegurada para UCs e ações de recuperação.
Recursos do Fundo de Conservação Ambiental sendo empregados de maneira tecnicamente inadequada ante aos seus propósitos.	Deterioração da qualidade ambiental das áreas a receberem recursos para conservação da MA.	reativação da câmara técnica para avaliação dos projetos a serem submetidos ao fundo.



Ricardo Couto

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Priorização da quantidade em detrimento da qualidade das áreas reflorestadas .	Diminuição da biodiversidade local e baixa efetividade das ações de reflorestamento.	Reflorestamento com foco na restauração , com ações integradas de plantio, monitoramento, enriquecimento biológico e integração com a sociedade.
Programa Mutirão Reflorestamento estratégico nas ações de recuperação ambiental.	Aumento da cobertura vegetal do Município através de iniciativas com menor custo financeiro e integradas a questões de cunho social.	Manutenção e melhoria da estruturação do Programa Mutirão.
Falta de mecanismos eficientes de avaliação dos resultados obtidos em áreas em recuperação.	Não sistematização, organização e padronização de um banco de informações sobre a condição das áreas em recuperação. Aumento da dificuldade de avaliação da eficiência da recuperação, da sua manutenção e do seu monitoramento.	Monitoramento respaldado em indicadores pré-definidos e tecnicamente eficientes.
Dificuldade da Prefeitura em manter os reflorestamentos implantados por empresas privadas.	Deterioração e/ou perda das ações implementadas com desperdício de recursos financeiros .	Consolidação do reflorestamento garantido. No caso da parceria do Rio Capital Verde, mesmo cenário de desenvolvimento relativo à porcentagem do Fundo de Conservação. E no caso de compensação, ter condicionantes amarradas à manutenção do reflorestamento.
Existência de áreas com ações de recuperação.	Aumento do numero de áreas com ações de recuperação ambiental.	mais áreas em recuperação e corredores ligando os pequenos fragmentos florestais.
Ausência de mão de obra qualificada para serviços de recuperação ambiental.	Projetos elaborados com baixa qualidade, ou inacabados ou ineficientes.	Mão de obra em qualificação permanente.
Segurança pública como entrave às ações de recuperação ambiental em determinadas localidades do Município.	Áreas impossibilitadas de receber projetos de recuperação ambiental por questões de segurança.	Não é possível delinearum Cenário de Desenvolvimento sem que haja uma adequação na Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.



Ricardo Couto

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
A falta de perenidade de ações ambientais da Prefeitura atribuída à intermitência dos governos.	Programas e projetos inacabados ou ineficientes.	Programas, projetos e planos concretizados independentemente da condução política e do calendário eleitoral.
Falta de interação entre os setores internos da SMAC.	Fragilidade da implantação de projetos de conservação ambiental.	Ações mais concatenadas e uma integração natural entre os setores.
Instituições que não atuam de forma integrada.	Fragilidade da implantação de projetos de conservação ambiental. Sobreposição de esforços e desperdícios de recursos e de mão-de-obra; maior vulnerabilidade ambiental.	Instituições que atuem de forma integrada a partir de um Planejamento Estratégico, com regras de governança bem definidas votadas para a conservação dos recursos naturais.
Sobreposição de instituições na tomada de decisões.	Adoção de estratégias diferenciadas por instituições e esferas distintas. "Troca" de responsabilidades e ineficiência das estratégias traçadas nas múltiplas esferas de governo.	Sinergia no planejamento e execução das ações ambientais mesmo havendo sobreposição institucional e de esferas.
Atividades fins sendo implementadas sem respeitar a opinião técnica da SMAC.	Licenças e expansão urbana sendo implementadas contrariamente à conservação da M.A.	opinião técnica da SMAC deve prevalecer a outros fins políticos.
Ausência de parcerias entre poder público, SCO e empresas para gestão de UCs e outras áreas protegidas.	Gestão suscetível às interferências dos programas políticos da situação.	Existência de articuladores com papel de gerar e manter essas parceiras.



Ricardo Couto

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Pouca divulgação interna das ações da SMAC.	Menor eficiência dos processos da SMAC.	Maior participação da sociedade nas ações de governo e grande profissionalização das ações de comunicação.
Baixa divulgação dos projetos e resultados das ações da SMAC.	Desconhecimento das ações da SMAC pela sociedade.	Sociedade conhecendo as ações da secretaria, envolvida e defendendo tais ações.
A inexistência de um planejamento estratégico prejudicando a efetividade de comunicação.	Projetos de comunicação pouco eficientes e de baixo impacto na sociedade.	Comunicação clara e fluida entre os setores da administração municipal e entre estes e outras instituições e sociedade.
Inexistência de política de educação ambiental do município. Programa Municipal de Educação Ambiental em elaboração.	Ações pontuais descontinuadas, com perspectivas de melhora em função da implantação do Programa em construção.	Boa parcela da população do Rio reconhecendo o valor do patrimônio natural do município para o seu próprio bem estar, internalizando as atitudes em prol da qualidade ambiental do município.
Dificuldades no recebimento de reivindicações populares.	Falta de confiança da população. Menor participação popular frente às ações da Prefeitura.	Um canal eficiente de comunicação voltado para a temática de preservação da Mata Atlântica, que dê retorno a população e realize melhorias.
Baixa amplitude da atuação da Educação Ambiental.	Setores da sociedade não impactados por projetos de educação ambiental.	Todos os setores da sociedade civil contemplados com projetos de Educação Ambiental de acordo com o PMEA.



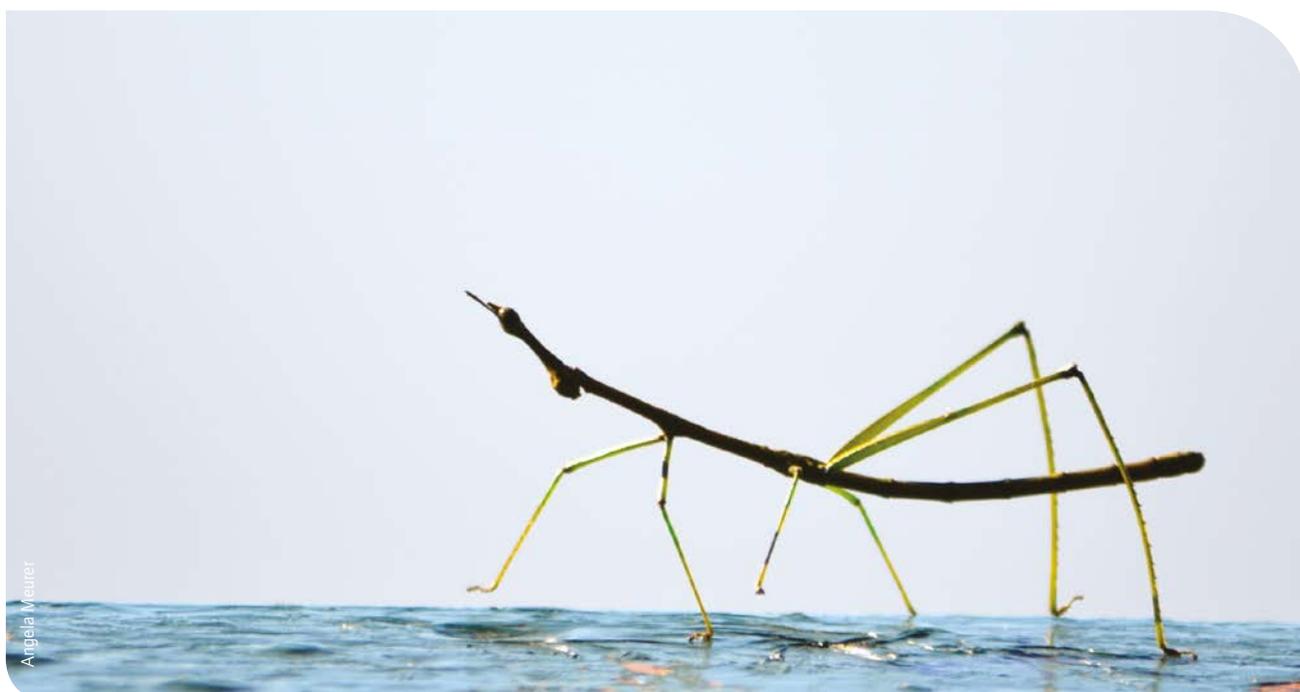
Angela Meurer

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Aumento da valorização da terra e da especulação imobiliária.	Deterioração da qualidade e quantidade de fragmentos florestais no Município do Rio de Janeiro.	Ações coordenadas da políticas públicas visando a conservação ambiental e à valorização da paisagem da cidade como seu principal ativo ambiental. (Plano Diretor, art. 168, par. Único)
Mudanças da legislação urbana, como os PEUs, que impulsionam a expansão urbana em áreas de interesse ambiental.	Degradação crescente dos remanescentes de M.A. e seu entorno. Perda de biodiversidade e de áreas estratégicas.	Ações integradas entre as legislações urbanísticas e o meio ambiente, com envolvimento social.
Crescimento urbano desordenado e acelerado.	Aumento de impactos ocasionados pelo crescimento desordenado e acelerado.	Cidade com um crescimento controlado, ordenado de forma ambientalmente sustentável.
Monitoramento insuficiente dos principais Vetores de Pressão	Ineficiência na identificação e no acompanhamento da evolução dos vetores de pressão sobre a MA.	Maior detalhamento e estratificação do monitoramento em "janelas" e vetores específicos de modo multidimensional.
Falta de ações de fiscalização no controle aos vetores de pressão.	Aumento de impactos ocasionados por vetores de pressão.	fiscalização atuante e integrada com outros órgãos que pensem e atuem nos motivos de vetores de pressão.
Poluição e interferências como canalização e retificação dos recursos hídricos agindo como ameaça a permanência de matas ciliares.	Aumento da fragilidade da conservação da MA.	projetos de revitalização, despoluição, construção de galerias, integradas, com projetos de educação ambiental que reflitam acerca dos hábitos de consumo da população.
Ausência de programas de controle a incêndios.	Incidência de fogo em áreas adjacentes ou no interior das florestas, principalmente nas épocas de estiagem.	Programa permanente de prevenção e combate a incêndio em áreas de floresta e reflorestamento.
Projetos olímpicos e outros "Megaprojetos" na cidade ameaçando a conservação da MA.	Aumento da fragilidade da conservação da MA.	Megaprojetos planejados e executados contemplando os critérios ambientais e que deixem um legado socioambiental.



Angela Meurer

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
<p>Baixa efetividade da Gestão Florestal.</p>	<p>Potencial perda e retração da floresta no município.</p>	<p>Políticas públicas que integrem os diferentes ambientes do bioma visando a manutenção da sua biodiversidade.</p>
<p>profissionais pouco capacitados e em quantidade insuficiente.</p>	<p>Projetos de conservação e recuperação pouco eficientes e em número reduzido; sobrecarga do corpo técnico.</p>	<p>SMAC como protagonista e referência em ações de conservação.</p>
<p>Sistema de Informação Geográfica e banco de dados sobre cobertura vegetal pouco integrado às ações da Secretaria.</p>	<p>Uso da ferramenta incipiente, ações descoordenadas entre os diversos setores da Secretaria.</p>	<p>Órgãos públicos, instituições e sociedade conhecedores dos sistemas de informação disponíveis.</p>
<p>Pouca integração dos projetos de Conservação e Recuperação Ambiental ao Licenciamento.</p>	<p>baixa efetividade das ações de conservação e recuperação; perda de recursos.</p>	<p>Reversão da situação atual com o licenciamento respeitando o patrimônio natural do município e que as decisões do licenciamento sejam tomadas mediante aprovação de um conselho formado pelos coordenadores de todas as Coordenadorias.</p>
<p>Inexistência de política de promoção de corredores verdes.</p>	<p>permanência da baixa conectividade entre os remanescentes florestais, diminuindo o fluxo gênico, das espécies e contribuindo para a fragilidade dos fragmentos.</p>	<p>Política de promoção de Corredores Verdes baseada nos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho do Corredores Verdes.</p>
<p>Pouca integração entre a arborização urbana e as áreas verdes da cidade.</p>	<p>Deteriorização da qualidade ambiental da malha urbana, com falta de conectividade entre os fragmentos.</p>	<p>Arborização urbana integrada a um Sistema Municipal de Áreas Verdes.</p>



Angela Weurer

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Pequena participação de ONGs/ outras entidades em áreas estratégicas.	Lento avanço da efetividade da conservação ambiental associada às práticas da SCO.	Maior envolvimento e participação popular com transparência das ações de governo.
Mecanismos insuficientes de avaliação das ações de gestão da MA por parte da sociedade civil organizada.	Menor eficiência da gestão pública da MA por falta de avaliação por parte da SCO.	Instrumentos de avaliação pactuados com a sociedade civil, dentro de um sistema de gestão mais eficiente e implantado.
A sociedade civil pouco articulada.	Diminuição e perda de força das demandas sociais junto aos órgãos competentes.	Sociedade bem informada e bem articulada em relação aos temas ambientais.
Reduzida representação social no CONSEMAC.	Manutenção da pequena participação social no CONSEMAC.	CONSEMAC com ampliação do número de membros da SOC e com decisões de efeito externo e respeitadas pelo executivo.



Angela Meurer